

OS INTELLECTUAIS: QUESTÕES HISTÓRICAS E HISTORIOGRÁFICAS – UMA DISCUSSÃO TEÓRICA

*Rubens Arantes Correa*¹

Introdução

Quando se recorre à reconstituição histórica do termo “intelectual” percebe-se que seu uso enquanto vocábulo é relativamente recente. Mais precisamente na conjuntura europeia do final do século XIX envolvendo o fato da suposta traição por parte do oficial francês Alfred Dreyfus durante a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871). O *affair Dreyfus*, como ficou conhecido *a posteriori*, mobilizou os homens de letras da França que, sob argumentos diversos, defendiam ou atacavam, através de manifestos e artigos pela imprensa, os articuladores do processo judicial. Independente do que viria a ser revelado no transcurso do processo, o fato é que o caso Dreyfus é considerado o “marco fundador de uma história dos intelectuais e da própria definição mais corrente de intelectual, que vincula ao termo a ideia de engajamento nas causas da vida pública”².

Anteriormente ao emprego do termo intelectual foram utilizados por diversas sociedades diferentes termos tais como escribas, sábios, filósofos, sacerdotes, homens de letras, literatos. Mais que diferenças de nomenclaturas a acepção moderna tomou o termo intelectual e o empregou no sentido específico do indivíduo não só produtor de ideias como, também, um ator social envolvido com as questões políticas de seu tempo – o engajamento como condição social do intelectual – e, assim definido, é possível pensar o “intelectual” como um fenômeno típico da modernidade, pois, que:

*[...] a partir desse momento ficará mais evidente o território ocupado pelo intelectual comprometido com a verdade, à reflexão e a crítica, e as instâncias de poder: o Estado, a Igreja, as classes sociais, os partidos políticos e a mídia.*³

O intelectual enquanto agente social e político passou a ser objeto de investigação crítica, ou seja, na condição de produtor de ideias, de oferecer interpretações sobre a realidade e de intervir criticamente no meio social, o intelectual tornou-se, também, matéria-prima de observações filosóficas, sociológicas e historiográficas. Em outras palavras, o intelectual, com o desenrolar da modernidade, tornou-se um problema a ser investigado pelos diferentes campos das ciências humanas.

¹ Doutor em História pela Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, Campus de Franca. Professor do Colegiado de História da Universidade do Estado de Minas Gerais, Campus de Passos. E-Mail: <rubens-arantes@netsite.com.br>.

² ZANOTTO, Gizele. “História dos intelectuais e história intelectual: contribuições da historiografia francesa”. *Biblios*, Rio Grande, vol. 22, n. 1, 2008, p. 31-45.

³ BASTOS, Elide Rugai & RÊGO, Walquíria D. Leão. “A moralidade do compromisso”. In: _____ & _____ (orgs.). *Intelectuais e política: a moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho D’Água, 1999, p. 10.

Nesse sentido, um dos textos fundadores sobre os intelectuais enquanto problema de natureza investigativa foi publicado no contexto da Revolução Francesa. Em 1753, Jean Le Rond D'Alembert (1717-1783), parceiro de Dennis Diderot (1713-1784) na reunião da *Encyclopédie*, publica *Essai sur la société des gens de lettres* (*Ensaio sobre as sociedades dos homens de letras*), obra em que o filósofo francês defende a independência e a liberdade do homem de letras em relação ao mecenas. A presença do mecenas, homem de posses, em geral ligado à classe emergente da burguesia de então, torna-se fato rotineiro na vida de artistas e homens de letras desde o advento da Renascença. Tratava-se de uma troca de interesses na medida em que o artista/ intelectual buscava uma forma de financiamento de sua obra e o mecenas, por meio dessa mesma obra que patrocinava, visava à projeção social. Tal relação passa a ser repudiada por D'Alembert, na medida em que, vê uma relação de submissão e, portanto, de perda de independência na produção artística ou intelectual. Deriva dessa posição de D'Alembert um dos requisitos normativos ao trabalho do intelectual: o da independência e da liberdade de criação.

No século XVIII, vinha à luz outro estudo sobre a condição intelectual: Sobre missão do erudito, um conjunto de palestras proferidas por Johann Gottlieb Fichte (1762-1814), filósofo do idealismo alemão, para quem o intelectual, denominado por ele como erudito ou sábio, tem uma missão cuja chave se revela no compromisso e na devoção para com a ciência e a verdade. Ao reconhecer que os eruditos ocupam estamento próprio, Fichte chama a atenção destes para o desenvolvimento de sua função para com a sociedade em que vivem, afirmando que “o erudito existe, com efeito, para a sociedade; seu estamento mais do que qualquer outro, existe através da sociedade e em função dela”⁴. Ter consciência de ocupar um estamento próprio outorga, segundo Fichte ao erudito, a missão de levar a ciência para toda a sociedade:

A ciência, por sua vez, é um ramo da educação do homem; todos os seus ramos precisam ser adiantados para que todas as disposições do homem possam ser desenvolvidas. Cabe, portanto, aos eruditos e a todos os homens que escolheram um determinado estamento, que se empenhem em levar avante a ciência e particularmente a área específica que escolheram. Cabe aos eruditos se empenhar, como a qualquer homem em sua área e, de certo modo, precisam se empenhar até mais que os demais. De que forma ele deve mostrar-se responsável pelo progresso dos outros estamentos sem, por sua vez, cuidar do próprio desenvolvimento? De seu progresso depende o de todas as demais áreas da educação humana. Ele sempre precisa estar mais avançado que os outros; para poder propor o caminho, investiga-lo e guiar os demais. Mas como poderia fazê-lo sem se ocupar de sua educação? Nesse momento, ele deixaria de ser o que deve ser, e como não é outra

⁴ BASTOS & RÊGO, “A moralidade...”, p. 50.

coisa, passaria a ser nada.⁵

Assim nas palavras de Fichte a missão do erudito encontrava êxito em sua função de educador da humanidade e, a execução dessa função estava submetida a prerrogativas fundamentais no exercício intelectual, quais sejam: 1º. Submeter-se aos princípios éticos e à coerência consigo mesmo; 2º. Não lançar mão da força ou da coação para persuadir os homens; 3º. Não iludir os homens, pois agindo dessa forma estaria contrariando a si mesmo além de prejudicar a sociedade; 4º. Ser o homem eticamente mais convincente de sua época. Por fim, advoga Fichte que o erudito é um sacerdote da verdade.

Independência e liberdade de pensamento, segundo D'Alembert, e compromisso com a verdade, a ética e a sociedade, conforme Fichte são requisitos para a atividade daquele que ocupa o estamento do intelectual segundo as interpretações dos dois pensadores do século XVIII. Percebe-se que a noção de engajamento ainda não está presente nas análises acerca do papel e da função do intelectual (que nem era assim chamado) na conjuntura do século XVIII ainda que a Revolução Francesa (1789-1799) tenha impactado a produção de obras, manifestos e opúsculos.

Conforme as relações de produção capitalista vão se intensificando e tornando a vida social mais complexa observa-se maior envolvimento dos intelectuais com os destinos das sociedades, chamando para si a responsabilidade de dar respostas aos conflitos decorrentes desse processo de intensificação e complexidade do mundo social. Tal cenário é típico do século XIX com a emergência da classe trabalhadora e de suas formas de representações como sindicatos e associações, as disputas entre as nações capitalistas por áreas de exploração econômica, a intensificação dos conflitos entre capital e trabalho e do vertiginoso processo de urbanização e da técnica, afetando diretamente a vida dos indivíduos.

Neste contexto surge na Rússia o termo *intelligentsia* empregado exatamente para designar o intelectual engajado forma pela qual passa a ser difundida, a posteriori, a maneira contemporânea como se entende o papel dos intelectuais numa dada sociedade.

No decorrer do século XIX o engajamento dos intelectuais estará visível nas manifestações do Romantismo e do Realismo, duas correntes artísticas, literárias e filosóficas coladas à realidade social e política daquele tempo. A crítica aos problemas sociais e as complexidades da vida moderna decorrentes do advento das máquinas fazem desencadear e proliferar um conjunto de concepções de mundo encampadas pelo socialismo, o liberalismo e, sobretudo, o nacionalismo. Os efeitos imediatos da Revolução Industrial e as disputas em torno do Estado desembocam na forma mais radical das ideologias daquele contexto histórico que fora o nacionalismo.

A ideia de nação passa a ser considerado o fundamento de toda a existência política no cenário europeu, da segunda metade do século XIX, criando expectativas e tensões que viriam a provocar conflitos territoriais e disputas por áreas de fornecimento de matérias primas e mercado consumidor. Tais conflitos, alimentados pelo nacionalismo, desembocariam em inúmeras guerras até pelo

⁵ BASTOS & RÊGO, "A moralidade...", p. 49.

menos a primeira metade do século XX.

Esse pano de fundo do processo histórico explica, em grande parte, o desencadeamento do “caso Dreyfus”, citado aqui anteriormente como marco fundador não só do vocábulo intelectual como, também, da concepção que se passaria a ter de intelectual– aquele engajado nas lutas políticas e sociais de seu tempo. Decorrente da Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), conflito com todas as características do mundo europeu da segunda metade do século XIX, o caso Dreyfus mobilizou intelectuais favoráveis e contrários à condenação do oficial francês sob a acusação de traição.

Um dos intelectuais de maior atuação no caso foi Emile Zola (1840-1902) que fez publicar no jornal *L'Aurore* em 1898 o manifesto “J'Accuse” denunciando o processo judicial que condenou o oficial Dreyfus acusando de ser uma farsa para encobrir, na realidade, o sentimento antisemita que teria caracterizado tanto os membros do tribunal como a opinião pública francesa visto que o capitão Alfred Dreyfus era de origem judaica. A reação pública ao manifesto de Zola levou-o a ser processado e condenado pela justiça francesa bem como o editor da *L'Aurore*.

A onda nacionalista tomou conta dos embates entre intelectuais europeus a partir do final do século XIX e por longo tempo das primeiras décadas do século XX. Justamente nesse contexto vem a público um texto também considerado fundador sobre os intelectuais, escrito por Julien Benda, escritor francês, intitulado *A Traição dos Clérigos*. O texto é de 1927, período do entre guerras, caracterizado pelos radicalismos, de esquerda e de direita, e fortemente marcado pelos nacionalismos. É justamente contra esse cenário que Benda vai chamar a atenção dos intelectuais lembrando-lhes de que seu papel como homens de ideias era estar acima das questões mundanas (daí se recorrer à imagem do sacerdote).

Benda considera que os intelectuais que se prestam a produzir ideias para justificar ou legitimar as ações da pátria, da nação e do Estado são traidores dos princípios da justiça e da verdade que deveriam reger o real compromisso dos intelectuais. Observa-se, claramente, que Benda apela para o compromisso moral dos intelectuais com os destinos da sociedade. A traição, e essa é a tese central de seu livro, encontra-se no posicionamento do intelectual que abdica do compromisso com a verdade em nome dos interesses da pátria.

Se os chamados textos fundadores – D'Alembert, Fichte e Benda – procuravam problematizar o papel do intelectual a partir de seu compromisso, missão e dever, no decorrer do século XX, outras formas de abordagens – especialmente produzidas pelas ciências sociais - vão tratar o intelectual como objeto de teorizações com a finalidade de estabelecer tipologias, suas vinculações com a estrutura de classe, seus posicionamentos ideológicos, suas posições em relação às instituições sociais e políticas, como partidos políticos, igreja, estado, sindicatos, universidades, mídia, etc., especialmente, as visões teóricas sobre a questão dos intelectuais produzidas por Karl Mannheim (1893-1947), Antônio Gramsci (1891-1937) e Norberto Bobbio (1909-2004).

Visões Teóricas Sobre Intelectuais

Ao longo do século XX acompanhando o envolvimento dos intelectuais em movimentos políticos, as ciências sociais passaram a elaborar teorias sobre os intelectuais tentando compreendê-los enquanto grupos e atores sociais, suas vinculações com as estruturais sociais, suas relações com a política e com as classes sociais entre outros temas. Não se trata mais de uma reflexão sobre a condição do intelectual, mas sim uma abordagem com aplicação de métodos de pesquisa sistemática para a compreensão do fenômeno.

Precursor dessa tendência de estudos é o trabalho *Ideologia e Utopia* de Karl Mannheim publicado originalmente em 1929 cujos pressupostos centrais têm continuidade em *Ensaio de Sociologia da Cultura*, ambos, publicados no contexto de ascensão do nazismo na Alemanha, fato que levou o seu autor a um exílio forçado nos Estados Unidos onde exerce funções acadêmicas. Para Mannheim o intelectual representa um grupo social específico com ambivalência em termos de composição e de motivação⁶.

A obra de Mannheim pode ser considerada precursora em termos de ensaio analítico nos campos da sociologia dos intelectuais e da sociologia do conhecimento. Sua tese central é a de que os intelectuais, ainda que integrados a uma sociedade cindida em classes sociais, não constituem uma classe propriamente visto que são egressos das mais diferentes classes. Essa condição de diversidade de origem social emprestaria aos intelectuais a condição de uma camada em si mesma agindo com independência em relação à estrutura de classes conformada pela sociedade⁷.

Ainda no contexto de radicalismos entre extrema direita – nazismo e fascismo – e extrema esquerda – comunismos e suas diversas vertentes – surge a obra de Antônio Gramsci que vai tratar os intelectuais como grupos sociais filiados a projetos políticos de poder vinculados às classes sociais em conflito pela hegemonia. Derivam dessa condição os dois tipos de intelectuais – o intelectual orgânico e o intelectual tradicional – tipologia que viria a se tornar referência obrigatória em trabalhos sobre o problema do intelectual na sociedade contemporânea. Para Gramsci o engajamento é a característica visível dos intelectuais, em especial, dos chamados intelectuais revolucionários. Sua tese central, contrariamente àquela enunciada por Mannheim, é que os intelectuais estão vinculados a classes sociais e que seu trabalho seria o de dar sentido e consciência ideológica⁸.

No pós-guerra marcado pelo contexto ideológico da Guerra Fria surge a análise de Norberto Bobbio cuja obra contempla em vários estudos publicados a problemática

⁶ Sobre a função do intelectual em Mannheim ver: MATIAS, Glauber Rabelo. “Intelectuais como missão: revisitando Karl Mannheim”. *Revista Urutágua*, Maringá, DCS-UEM, n. 11, dez. 2006 – jan./mar. 2007, p. 01-12. Publicação eletrônica. Disponível em: <<http://www.urutagua.uem.br/011/11matias.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

⁷ Ver: MALINA, André; OLIVEIRA, Vitor Marinho de & AZEVEDO, Ângela Celeste Barreto de. “Uma discussão sobre o conceito de intelectual em Karl Mannheim e Antonio Gramsci”. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação, FAE-UFMG, vol. 18, n. 2, jul./dez. 2007, p. 69-80.

⁸ Ver: MARTINS, Marcos Francisco. “Gramsci, os intelectuais e suas funções científico-filosófica, educativo-cultural e política”. *Pro-Posições*, Campinas, FAE-UNICAMP, vol. 22, n. 3, set./dez. 2011, p. 131-148.

do intelectual na modernidade, em especial, na obra intitulada, *Intelectuais e Poder*, particularmente nos capítulos “Intelectuais e Poder” e “Intelectuais”, nos quais o pensador italiano estabelece sua teoria sobre os intelectuais.

Bobbio inicia sua argumentação afirmando que cabe ao intelectual, no tocante a sua função social, a reflexão sobre as coisas, portanto, é intelectual aquele que escreve, que manipula símbolos, que dispõe das ideias como únicos instrumentos de trabalho. E propõe uma tipologia de intelectuais conforme suas relações com a política:

[...] aquilo que distingue um do outro é precisamente a diversa tarefa que desempenham como criadores ou transmissores de ideias ou conhecimentos politicamente relevantes, é a diversa função que eles são chamados a desempenhar no contexto político.⁹

A tipologia de Bobbio distingue os intelectuais conforme suas funções, ou seja, existiriam os intelectuais-ideólogos, quer dizer aqueles que fornecem princípios-guia, que pensam propriamente dito de acordo com objetivos a alcançar; o outro tipo é chamado por Bobbio pela nomenclatura “intelectuais-expertos”, ou seja, aqueles que possuindo conhecimentos técnicos são capazes de oferecer os meios para a resolução de problemas.

Para o pensador italiano sua tipologia dos intelectuais possui alguma simetria com a distinção empregada por Weber entre ação racional segundo o valor e ação racional segundo a finalidade:

[...] os ideólogos são aqueles que elaboram os princípios com base nos quais uma ação é justificada e, portanto, aceita – em sentido forte, a ação é ‘legitimada’-, pelo fato de estar conforme aos valores acolhidos como guia da ação; os expertos são aqueles que, indicam os conhecimentos mais adequados para o alcance de um determinado fim, fazem que a ação que a ele se conforma possa ser chamada de racional segundo o objetivo.¹⁰

Nesse particular, percebe-se a distinção entre ideólogos e expertos, de acordo com Bobbio, numa das formas de expressão dos intelectuais típicas desse grupo social, qual seja, os manifestos. Para os ideólogos os manifestos são formas de reafirmação de valores (ética da convicção) e para os expertos os manifestos são vistos como consequências utilitárias da técnica e da ciência (ética da responsabilidade).

Ainda que se utilize de conceitos e métodos do campo das ciências sociais para a reflexão sobre os intelectuais, Bobbio não escapa da tendência já vista em outros pensadores que debruçaram sobre a temática desde o século XVIII que é a

⁹ BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções de homens de cultura na sociedade contemporânea*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da UNESP, 1997, p. 72.

¹⁰ BOBBIO, *Os intelectuais...*, p. 73-74.

de estabelecer noções que sejam moralmente corretas e aceitas para a ação dos intelectuais. No caso particular, Bobbio propõe um modelo ideal de conduta dos intelectuais. Por um lado, o intelectual movido por forte vontade de participar das lutas políticas e sociais de seu tempo (não alienar-se). Por outro, o intelectual que procura manter distância crítica que o impeça de se identificar completamente com uma parte.

Dessa forma é comum observar na reflexão acerca dos intelectuais promovida por Bobbio a designação de tarefas a serem cumpridas pelos intelectuais como que estabelecendo regras de condutas daquilo que poderia ser a boa conduta dos intelectuais: “a primeira tarefa dos intelectuais deveria ser a de impedir que o monopólio da força torna-se também o monopólio da verdade”¹¹.

Mas é na relação entre intelectuais e poder, especialmente o poder político, que parece residir o cerne do problema dos intelectuais na sociedade moderna segundo Bobbio. Reconhecendo a dificuldade de tratar dessa questão, visto a dificuldade de consenso no âmbito das ciências sociais e humanas na abordagem do tema, Bobbio explica que, na relação com o poder, os intelectuais podem estar na situação de supremacia, de subalternidade, de intermediação ou de crítica.

Do lugar que ocupa nessa geometria do poder derivaria, então, o conflito entre os diferentes posicionamentos tomados pelos intelectuais nas disputas políticas, assumindo a feição clássica o que faz referência N. Bobbio sobre a contraposição do intelectual revolucionário versus o intelectual puro. Para o intelectual revolucionário não existe uma verdade em si mesma exceto quando esta sirva à causa revolucionária. Sua ação volta-se “contra o poder constituído em nome de uma classe e pela instauração de uma nova sociedade”, valendo para esse tipo de intelectual “o princípio de que não se faz revolução sem uma teoria revolucionária e, em consequência, a revolução deve ocorrer antes nas ideias do que nos fatos”¹².

Do outro lado encontram-se os intelectuais puros ou aqueles para quem a verdade e a justiça formam um conjunto de valores absolutos e, conseqüentemente, são por si mesmos revolucionários. É em nome desses valores – verdade e justiça – que o intelectual luta contra o poder e estaria abdicando desses princípios ao colocar em primeiro plano a razão de Estado, de partido político, da nação ou da classe.

Apesar das diferenças de fundamentos que mobilizam a ação, existe algo em comum entre as duas posições, conforme argumentação de Bobbio, ambos “têm em comum a consciência da importância do próprio papel na sociedade e da própria missão na história”. Essa assertiva de Bobbio entra em choque com os formuladores da teoria da avaloratividade da ciência, entre os quais o próprio Max Weber, para o quem o mundo da ciência encontra-se separado do mundo da prática e, portanto, o cientista/ intelectual haveria de comprometer-se apenas e tão somente com a força impulsionadora da ciência, ou seja, a razão, renunciando a tentação de emitir juízo de valor.

Paralelamente às noções do intelectual elaboradas pelas ciências sociais, com sua abordagem vinculada à categoria conceitual de classes sociais e atipologias próprias, o campo historiográfico, em especial, a historiografia francesa, também,

¹¹ BOBBIO, *Os intelectuais...*, p. 80-81.

¹² BOBBIO, *Os intelectuais...*, p. 124-125.

se ocupou da problemática do intelectual na modernidade, desenvolvendo recursos metodológicos específicos, como as noções de trajetórias, de sociabilidades e de microclimas, oriundas da história política.

A Perspectiva da História Política

O estudo dos intelectuais enquanto objeto de interesse dos historiadores faz parte de um campo de pesquisa situado no cruzamento de diversos ramos da historiografia: história social, história das ideias, história cultural e história política. Mas é no campo da história política que a temática dos intelectuais é mais evidente e percebida. E nesse aspecto tem-se um problema logo de saída: a abordagem do político, nos marcos historiográficos, ficou parcialmente relegada, especialmente na França, durante muito tempo ao abandono e por via de consequência também o tema dos intelectuais. Somente muito recentemente é que os historiadores voltaram a se interessar pela questão dos intelectuais num movimento de renovação dos estudos do político fazendo ressurgir a Nova História Política.

Portanto, sem querer descartar de antemão as demais vertentes historiográficas que abordam os intelectuais como problema, faz-se necessário situar melhor, tudo o que cerca o esquecimento e o ressurgimento renovado da história política, visto que a abordagem que pretendemos levar a cabo nessa pesquisa sobre intelectuais enfatiza sobretudo a natureza política da ação dos intelectuais.

Muitos historiadores em trabalhos recentes se debruçaram sobre as causas que levaram a própria corporação a abandonar a história política, investigando as razões para tal esquecimento e propondo novos paradigmas conceituais e analíticos para essa vertente de estudos historiográficos, revigorando esta disciplina visto que o político, de acordo com Rémond “não constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social”¹³.

Pierre Rosanvallon, ao diagnosticar os motivos do declínio da história política, em especial na França, identifica dois fatores explicativos: primeiramente, o fato de que durante muito tempo o campo político foi objeto de estudo de três territórios específicos, qual seja, a história das ideias, a filosofia e a história dos acontecimentos e das instituições, que produziram trabalhos não a partir de um esforço conjunto, mas sim isolados (cada um em seu próprio campo estritamente).

A consequência desse isolamento levou ao desgaste da história política na França enquanto gênero historiográfico. Outro fator se encontraria, segundo Rosanvallon, na emergência da dimensão do econômico, do social e do cultural como campos de maior interesse por parte dos historiadores combinado ainda com a propagação de temas ligados a história das mentalidades e à própria afirmação da sociologia política.

A partir dos anos de 1970, entretanto, verifica-se a emergência de variadas abordagens do político enquanto objeto de estudo (fenômeno que Rosanvallon caracteriza como jogo de fragmentação e deslocamentos) marcada, inclusive, pelo retorno da filosofia política no centro dos debates intelectuais, especialmente, na

¹³ RÉMOND, René. “Uma história presente”. In: _____ (org.). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 35-36.

França dos anos de 1980. Todas as mais importantes obras sobre a problemática do político nos últimos anos convergem, de acordo com Rosanvallon, para uma noção metodológica-conceitual do mesmo, ou seja: “o político é o lugar onde se articulam o social e a sua representação, a matriz simbólica onde a experiência coletiva se enraíza e se reflete ao mesmo tempo”¹⁴.

Para Rosanvallon é imprescindível a construção de uma noção de história conceitual do político, procurando diferenciá-la da história tradicional das ideias, visto que esse campo de conhecimento não conseguira se renovar metodologicamente, predominando, em seu interior, a produção de obras sem problemática, mais voltadas para a compilação de doutrinas; os manuais de doutrinas políticas que apenas reúnem um rol de autores que trataram daquela ideia em especial; o exercício do comparativismo textual sem nenhuma reflexão; o reconstrutivismo de uma obra tratando-a somente como suporte de uma interpretação; os manuais de compilação de escolas de pensamento e das doutrinas sem aprofundamento reflexivo.

Ao propor uma história conceitual do político, Rosanvallon enfatiza dois aspectos que entende como fundamental para essa abordagem qual seja a de que se trata de uma perspectiva teórica que se preocupa em incorporar ao seu objeto todos os elementos construtivos da cultura política e para tanto leva em conta uma maior interdisciplinaridade possível envolvendo os campos da história dos acontecimentos, a história das ideias, das mentalidades e das instituições:

*Se a história conceitual do político pode apreender muitos objetos distintos, por outro lado, está sempre relacionada a uma perspectiva central, aquela da interrogação sobre o sentido da modernidade política, de seu advento e de seu desenvolvimento; modernidade política ligada à emergência progressiva do indivíduo como figura geradora do social, colocando a questão das relações entre o liberalismo e a democracia no centro da dinâmica da evolução das sociedades.*¹⁵

Na construção dos parâmetros teóricos da história conceitual do político, Rosanvallon norteia metodologicamente o objeto, o objetivo e o método que melhor se aplica a sua proposta de abordagem do político. Em termos de objeto a história conceitual do político tem por escopo a percepção “da formação e evolução das racionalidades políticas, ou seja, dos sistemas de representações que comandam a maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais conduzem sua ação”. Os objetivos, por seu turno, se voltam para o modo como se faz a história em termos de relação entre realidade e representação, ou seja, compreender as formas pelas quais os grupos sociais apreendem o real e dão solução aos conflitos de uma dada conjuntura histórica. Em outras palavras, “fazer a história da maneira pela qual

¹⁴ ROSANVALLON, Pierre. “Por uma história conceitual do político”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH, vol. 15, n. 30, 1995, p. 10-12.

¹⁵ ROSANVALLON, “Por uma história...”, p. 09-22.

uma época, um país ou grupos sociais procuram construir as respostas àquilo que percebem mais ou menos confusamente como um problema”¹⁶.

Em termos de método, Rosanvallon entende que a história conceitual do político deve envolver tanto o método interativo como o método compreensivo, definindo-os como procedimentos de análise e investigação dos processos de interação dos elementos constitutivos da cultura política, buscando compreendê-los não só em suas “formas de realização” como em suas “condições de emergência”¹⁷.

Ao propor a retomada do político através de novos paradigmas conceituais, Rosanvallon traz elementos instigantes para a compreensão dos intelectuais, enquanto agentes sociais, que fazem suas próprias representações da realidade, a partir das quais interveem no processo histórico de uma época. Propõe a aplicação de sistemas de representação articulados à conduta de grupos sociais e de reconstrução da maneira pela qual os atores sociais compreendem e agem dentro de condições próprias de um determinado espaço físico e temporal.

A retomada do político bem como os fatores explicativos de seu ostracismo dentro do campo historiográfico, também, foi objeto de estudo de texto (hoje clássico sobre o tema) escrito por Jacques Julliard, no qual situa a questão em duas vertentes: a do esquecimento e a do retorno.

Para Julliard, o desinteresse em relação ao político tomou conta corporação dos historiadores, a partir do momento em que duas vertentes historiográficas se tornam emergentes no meio: a Escola dos Annales que passa a dar valor ao social, ao cultural e às mentalidades; e a vertente marxista que subordinou todas as instâncias do real ao domínio do econômico.

Tais vertentes historiográficas atacaram a história política, condenando-a, particularmente na França, ao perecimento e a má reputação, naquilo que lhe era mais frágil: sua inconveniência metodológica e não propriamente seu objeto. Ou seja, as críticas se voltam para a forma de abordar o objeto que passou a ser denominado genericamente pela expressão abordagem tradicional subentendo nesse arcabouço que se praticava uma história psicológica, biográfica, elitista, quantitativa, particularista, narrativa, idealista, ideológica, parcial, que ignora o inconsciente, de curta duração, factual, enfim, que coloca em relevo a sucessão linear e homogênea de batalhas e tratados, nascimentos e mortes, reinos e legislações.

Portanto, em função de seus métodos de abordagem, o político enquanto objeto de investigação foi subestimado e deixado de lado como uma dimensão do real sem relevância. Mas, como enfatiza Julliard, o movimento de renovação metodológico pertinente ao campo historiográfico acompanha as oscilações e dinâmica da realidade. De tal forma que se observa no decorrer do século XX a volta do político em grande medida por conta da redefinição do papel do Estado, com a emergência de demandas sociais por “políticas setoriais [específicas] e o desenvolvimento [que os] meios de comunicação de massa ganharam na sociedade contemporânea”¹⁸.

¹⁶ ROSANVALLON, “Por uma história...”, p. 16.

¹⁷ ROSANVALLON, “Por uma história...”, p. 15.

¹⁸ JULLIARD, Jacques. “A Política”. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (orgs.). *História* – Vol. 3: novas abordagens. Tradução de Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 180-181.

Em termos metodológicos não se trata apenas de um retorno do político ao campo historiográfico, mas como afirma Julliard, um movimento de renovação da história política que para atingir essa finalidade requer aproximação de outras disciplinas, entre elas, especialmente a ciência política, a sociologia, a economia política, a demografia, a linguística e a psicanálise. Tais aproximações contribuem não só na possibilidade de renovação dos métodos empregados como, também, na ampliação de objetos, dentro os quais podemos destacar: os partidos políticos, os regimes eleitorais, a opinião pública, etc.

Julliard aponta ainda, dois outros aspectos indispensáveis para a renovação dos estudos do político no campo da história: o trabalho com novas temporalidades e não apenas com a curta duração, numa referência direta à perspectiva prognosticada por Fernand Braudel (1902-1985) para quem a “história política não é forçosamente uma história factual, nem é condenada a sê-lo”¹⁹ e a incorporação do método quantitativo, via influência da aproximação com a ciência política, na análise de seu objeto, especialmente quando este contempla temas como eleições, opinião pública, entre outros.

Retomar o político através de novas abordagens e novos objetos – regimes eleitorais, partidos políticos, opinião pública, o poder e sua repartição, aos quais acrescentamos os intelectuais – na perspectiva adotada por Julliard parece-nos perfeitamente factível com a ideia de uma história conceitual do político conforme proposta de Rosanvallon. A adequação metodológica do objeto desfaz o equívoco de que a dimensão do político deve ser abandonada em face de outros domínios da vida humana, levando Julliard a concluir que “só há história contemporânea quando política, quer dizer, que coloque problemas de decisão. A ilusão de uma história sem política repousa num material morto e sem interesse”²⁰.

Conclusão compartilhada, também, por René Rémond (1918-2017) para quem a dimensão do político não está dissociada prática social. A explicação para o fato de após longos anos de prestígio junto à corporação dos historiadores, a história política ter caído no ostracismo, segundo Rémond encontra-se no próprio exercício do ofício do historiador, homem de seu tempo, como já alertavam os fundadores dos Annales:

*[...] o historiador é sempre de um tempo aquele em que o acaso o fez nascer e do qual ele abraça, às vezes sem o saber, as curiosidades, as inclinações, os pressupostos. [...] o historiador de uma época distribui atenção entre os diversos objetos que solicitam seu interesse na proporção do prestígio com que a opinião pública envolve os componentes da realidade.*²¹

Fatores de origens diversas explicam os processos de mudanças operadas no interior da disciplina histórica. De tal sorte que a história, enquanto disciplina, também está á mercê de mudanças em termos de paradigmas teórico-metodológicos

¹⁹ JULLIARD, “A Política...”, p. 182.

²⁰ JULLIARD, “A Política...”, p. 186.

²¹ RÉMOND, “Uma história presente...”, p. 14-15.

como forma de percepção e explicação do real. Isso quer dizer que de tempos em tempos as abordagens do real ora privilegiam o econômico, ora o social ou o cultural, ora o político. Tudo depende do contexto em que estão inseridos o historiador (homem de seu tempo) e a ideologia dominante:

*[...] como sempre acontece em história, a explicação dessas oscilações [as mudanças de enfoques operadas no interior da disciplina] está na relação entre a realidade observada e o olhar que a observa [no caso o historiador].*²²

Tais oscilações, segundo Rémond, estão na raiz da perda de prestígio da história política entre os historiadores. Uma nova geração de historiadores – geração da Nova História - passa a questionar a hegemonia do modelo de paradigma da história do político até então praticado, propondo uma história total e uma história de longa duração.

Ao rol de críticas já elencadas anteriormente, Rémond acrescenta o sentido das orientações teórico-metodológicas seguidas pela geração da Nova História de recusa à relevância do político, pois entendiam que os fenômenos sociais (seu objeto de maior interesse de investigação) não sofriam interferência da esfera do político.

Outro motivo de crítica a que a história política foi alvo é a de que a mesma centrou-se excessivamente no papel do Estado. O fundamento dessa crítica é basicamente de natureza ideológica incorporada tanto pela vertente liberal que acusa o Estado de ameaçar as liberdades essenciais do indivíduo, como da vertente marxista que se posiciona na perspectiva de que o Estado é um instrumento da classe dominante. A despeito dos fundamentos de tais críticas, Rémond enfatiza:

*Nas sociedades contemporâneas, a política organiza-se em torno do Estado e estrutura-se em função dele: o poder do Estado representa o grau supremo da organização política: é também o principal objeto das competições.*²³

Para Rémond é necessário admitir que em função, nos últimos tempos, de maior demanda por parte da sociedade em relação ao Estado – o que fez crescer enormemente as atribuições políticas, sociais, econômicas e culturais do mesmo – houve um despertar cada vez crescente sobre a esfera do político. As demandas de associações de classe, sindicatos, igrejas, categorias profissionais, opinião pública e imprensa, suscitaram o interesse pela política e voltaram suas ações práticas (greves, reivindicações, manifestações públicas, etc.) para o Estado, exigindo do mesmo uma tomada de posição acerca de suas demandas.

A conjugação dos dois fatores – externo relativo à dinâmica própria da realidade e interno correspondendo ao movimento característico da produção epistemológica da história – explica, então, o retorno do político enquanto objeto de interesse investigativo:

²² RÉMOND, “Uma história presente...”, p. 14.

²³ RÉMOND, “Uma história presente...”, p. 20.

Para a compreensão das inversões de tendência em epistemologia, os fatores exógenos não são suficientes: são precisas também conviências internas. A virada da sorte da História Política não se teria efetuado se não tivesse havido também renovação. [...] Na verdade, ela não é a mesma história política e sua transformação é um bom exemplo da maneira como uma disciplina se renova sob a pressão externa e em função de um a reflexão crítica.²⁴

Percebe-se, então, que a retomada da trajetória recente da história política, oscilando entre seu ostracismo e seu revigoramento, permitiu a emergência dos intelectuais, enquanto objeto de investigação do campo historiográfico. Ou seja, como objeto situado no campo do político, também, a história dos intelectuais permaneceu por um tempo relativamente longo deslocado do centro de investigação, sofrendo os mesmos preconceitos e críticas que a história política.

É neste cenário de retomada do político que a história dos intelectuais ganhou um novo impulso a partir da elaboração de novos instrumentos metodológicos, conferindo-lhe, segundo Jean-François Sirinelli, autor de um programa de estudos sobre os intelectuais, o status de “campo histórico autônomo que, longe de se fechar sobre si mesma, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural”²⁵.

A História dos Intelectuais e suas Interfaces

As afinidades entre a história dos intelectuais e a história política são muitas, o que explica em grande medida o fato de que essa vertente de pesquisa tenha ficado deslocada do foco de interesse dos pesquisadores por tanto tempo, até pelos fatores apontados no tópico anterior. Ou seja, as críticas e ressalvas feitas a história política, também, se aplicam ao caso da história dos intelectuais, acrescidas de outras de natureza específica: as dificuldades de precisar o grupo social dos intelectuais, a identificação dos intelectuais como uma elite e como tal ligados à história de cunho positivista, que por sua vez deveria ser combatida com novos métodos e objetos e os limites nada claros entre a história dos intelectuais e as vertentes da história das ideias políticas e da história da cultura política.

Superadas as desconfianças e no bojo da própria renovação metodológica da história política, a história dos intelectuais ganha um novo status, a partir dos anos 1970, alcançando legitimidade dentro da corporação dos historiadores, que aponta ainda a revitalização de temas ligados à história contemporânea, o crescimento quantitativo do grupo dos intelectuais e as próprias crises e disputas internas inerentes ao grupo como outros fatores que fortaleceram maior interesse do campo historiográfico sobre a questão dos intelectuais.

Sirinelli aponta três aspectos fundamentais em termos teórico-metodológicos para uma história dos intelectuais voltada para novas abordagens e novos procedimentos

²⁴ RÉMOND, “Uma história presente...”, p. 26.

²⁵ SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, *Por uma nova...*, p. 26.

investigativos nesse campo de pesquisa: primeiramente a indispensável constituição de um corpus de textos, seguido de uma abordagem prosopográfica dos itinerários e, por fim, a reconstituição da história dos engajamentos intelectuais, sugerindo uma perspectiva própria de investigação e de estudos ao campo da história dos intelectuais:

*Para quem estuda a ação dos intelectuais, surge obrigatoriamente o problema do seu papel e de seu 'poder', problema que, de certa forma prosaica, pode ser assim resumido: teriam esses intelectuais, em uma determinada data, influídos no acontecimento?*²⁶

A despeito das dificuldades que cercam a execução de uma história dos intelectuais – ausência de definições quanto aos objetivos e métodos, complicações envolvendo a caracterização do termo intelectual e dos próprios contornos envolvendo o grupo constitutivo, a diversidade de usos e acepções do termo intelectual complicando uma definição conceitual, além da excessiva abundância de documentos – é possível, de acordo com Sirinelli, avançar em termos metodológicos e teóricos.

Primeiramente, faz-se necessária a caracterização relativamente aos intelectuais envolvendo duas noções: uma, mais ampla, de caráter sociocultural, segundo a qual os intelectuais englobam agentes sociais criadores e mediadores culturais, abrangendo jornalistas, escritores, professores secundários, eruditos; outra, mais restrita, de caráter político, envolvendo a questão dos engajamentos dos intelectuais, visando desvendar as causas que estes estão a serviço.

Em segundo lugar, impõe-se, ainda, a necessidade de uma proposta metodológica de abordagem que possa envolver duas vertentes convergentes e não excludentes, ou seja, as vertentes política e social dos intelectuais. A vertente política contempla a pesquisa dos textos produzidos pelos intelectuais, ao passo que, a vertente social, investiga a análise sistemática de elementos dispersos com finalidades prosopográficas.

E, por fim, a abordagem sobre os intelectuais pode envolver, ainda, o emprego das noções de itinerário, geração e sociabilidade. Particularmente, para o enfoque que pretendemos adotar nessa pesquisa, as noções de itinerário e sociabilidade elaboradas por Sirinelli são extremamente importantes.

A reconstituição dos itinerários, de acordo com Sirinelli, possibilita o mapeamento dos territórios de engajamento intelectual, permitindo não só o estudo dos grandes intelectuais como, também, dos de menor expressão em uma dada época, além de permitir a identificação da evolução de um grupo de intelectuais oriundos de uma matriz comum. Apesar de sua importância, o estudo dos itinerários intelectuais só adquire relevância, enfatiza Sirinelli, quando vai além da mera reconstituição e passa a envolver, também, a sua interpretação.

A noção de itinerários enquanto recurso metodológico empregado na investigação sobre os intelectuais difere das ferramentas teóricas utilizadas pela sociologia do meio intelectual, tal como a praticada por Pierre Bourdieu que enfatiza a análise

²⁶ SIRINELLI, “Os intelectuais...”, p. 235.

dos modos de produção social das opiniões e dos gostos, procurando desvendar estratégias e disputas que explicam o funcionamento interno do campo intelectual, ao passo que, a reconstrução e interpretação dos itinerários levam em conta as formas diversas de organização, filiação ideológica e afinidades mais difusas em que se encontram os intelectuais²⁷.

Compondo, ainda, a perspectiva de abordagem dos intelectuais, tem-se a noção de estruturas de sociabilidade por meio das quais podemos perceber as relações e os espaços compartilhados, revelando o pequeno mundo estreito dos intelectuais. Exemplos de fontes relevantes para o estudo das estruturas de sociabilidades intelectuais são, de acordo com Sirinelli, as revistas e os manifestos (aos quais podemos acrescentar os jornais), de onde o historiador pode captar, não só, as posições, os debates, as polêmicas, as diferenças ideológicas tomadas pelos grupos intelectuais, como também perceber as relações de sociabilidade e afetividade, expressas nas amizades, fidelidades e influências. Os microclimas são espaços intelectuais como revistas, jornais, manifestos que funcionam como *locus* de “movimentos de ideias, no sentido das posições tomadas, os debates suscitados e as cisões advindas”²⁸.

No processo de elaboração de uma arqueologia das estruturas de sociabilidade dos grupos intelectuais faz-se necessário levar em conta as variações ao longo do tempo dessas redes, tais como salões, academias, instituições escolares, associações e grêmios literários e culturais, em torno das quais vão se conformando as opções políticas e ideológicas dos intelectuais.

A tarefa de reconstrução das redes de sociabilidade pode ser explorada, ainda, em fontes ainda mais diversas tais como as representações elaboradas pela sociedade em torno dos intelectuais, as polêmicas travadas por intelectuais de uma dada época que marcaram a atmosfera intelectual de um período histórico, as especulações e os boatos em torno da vida pessoal e profissional dos homens de letras, as características de um microcosmo intelectual particular, como, por exemplo, o estudo de organizações políticas ou estudantis.

Por fim a noção de geração, componente conceitual importante, na medida em que se refere a grupos de intelectuais que se agregam em torno dos efeitos da idade e os fenômenos de geração ou por comprometimento com um marco fundador que passa a definir a existência desse mesmo grupo. Para Sirinelli, no meio intelectual, os processos de transmissão cultural são essenciais, o que explica em última análise a posição que um intelectual ocupa dentro de sua própria corporação ou estamento visto que “um intelectual se define sempre por referência a uma herança, como legatário ou como filho pródigo”²⁹.

²⁷ Sobre o conceito sociológico de campo, em geral, e de campo intelectual, em particular, ver: BOURDIEU, Pierre. “Campo intelectual e projeto criador”. In: POUILLON, Jean (org.). *Problemas do estruturalismo*. Tradução de Rosa Maria R. da Silva. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 105-145; BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

²⁸ SIRINELLI, “Os intelectuais...”, p. 248-249

²⁹ SIRINELLI, “Os intelectuais...”, p. 254-255

Considerações Finais

As oscilações dentro do campo da história dos intelectuais possibilitam a aproximação de seus instrumentos metodológicos, tais como, os desenvolvidos por Sirinelli, com as abordagens pela biografia intelectual e pela sociologia, sobretudo, aquela que enfatiza a cartografia dos intelectuais como suas redes de sociabilidade, seus modos de filiações, além de seus pertencimentos a grupos geracionais. As interfaces entre a história intelectual e a sociologia nos aparecem ideal, pois, permitem maior clareza no processo de elucidação da ação política dos intelectuais, ao colocar em evidência o conhecimento das práticas e dos interesses de grupos dentro de um contexto de crise política.

Nesse sentido, combinar ferramentas metodológicas tipicamente da história intelectual propugnada por Sirinelli – microclimas, estudos prosopográficos, itinerários – com noções conceituais recentemente desenvolvidas pelas ciências sociais, particularmente, as de repertórios de ação coletiva, experiências sociais compartilhadas e confronto político, permitem melhor entendimento dos procedimentos adotados por movimentos sociais, dos quais os intelectuais são um de suas modalidades, em situais de crise política vivida pelo regime dominante.



RESUMO

Busca-se, com o artigo, situar o objeto de estudo – os intelectuais – dentro das possibilidades teóricas oferecidas pela história intelectual, em particular, e pelas ciências sociais, em geral. Sabe-se que a história intelectual ainda é, nos dias de hoje, um domínio do campo historiográfico em processo de construção, em termos de metodológicos. Nesse particular opta-se em proceder pela compreensão da perspectiva adotada por Jean François Sirinelli que oferece como ferramentas de abordagem dos intelectuais as noções de itinerários, de estruturas de sociabilidades e de geração. Desta forma, propõe-se uma discussão teórica a partir da reconstituição das diversas noções atribuídas ao papel do intelectual na sociedade ocidental desde o aparecimento formal do termo no contexto francês do caso Dreyfus no final do século XIX.

Palavras Chave: História dos Intelectuais; História Política; Historiografia.

ABSTRACT

The paper intends to place the object of study – the intellectuals – within the theoretical possibilities offered by intellectual history, in particular, and the social sciences in general. It is known that the intellectual history is still, today, a domain historiographical field under construction, in terms of methodological. That particular option is to proceed in the understanding of the perspective adopted by Jean François Sirinelli offering as the intellectual approach of the tools itineraries notions of sociability and generation structures. Thus, it is proposed a theoretical discussion from the reconstitution of the various notions attributed to the role of intellectuals in Western society since the formal appearance of the term in the French context of the Dreyfus affair in the late nineteenth century.

Keywords: History of Intellectuals; Political History; Historiography.

Artigo recebido em 16 mai. 2015.

Aprovado em 04 nov. 2015.